

A memória dos jornalistas sobre Carlos Lacerda: disputas simbólicas em torno da modernização da imprensa

[Journalists' memory of Carlos Lacerda: symbolic disputes around press modernization]

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2022, 12(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2022.12.608

Fabício Ferreira de Medeiros

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[Federal Fluminense University]

Resumo

Carlos Lacerda (1914-1977) aparece na literatura especializada e na memória dos jornalistas como um dos personagens que protagonizaram a chamada modernização da imprensa, ou seja, a realização de uma série de mudanças técnicas, éticas e operacionais desenvolvidas no seio das redações por volta da década de 1950. Este artigo pretende examinar o papel atribuído a Carlos Lacerda e a sua Tribuna da Imprensa no processo de modernização ora em foco, tomando como fontes de investigação livros-memória, artigos, editoriais e depoimentos de jornalistas que abordaram aspectos da trajetória do personagem após o seu falecimento em 21 de maio de 1977. Como conclusão principal, destacam-se o caráter fragmentário da memória jornalística e as disputas de sentido em torno do compromisso de Carlos Lacerda com um jornalismo objetivo e com os valores e instituições democráticas.

Palavras-chave: memória; Carlos Lacerda; modernização.

Abstract

Carlos Lacerda (1914-1977) appears in the specialized literature and in the memory of journalists as one of the characters who led the so-called press modernization, that is, the realization of a series of technical, ethical and operational changes developed within the newsrooms around from the 1950s. This article intends to examine the role attributed to Carlos Lacerda and his Tribuna da Imprensa in the modernization process in focus, taking as sources of investigation memory books, articles, editorials and testimonies of journalists who approached aspects of the trajectory of the character after his death on May 21, 1977. As a main conclusion, we highlight the fragmentary character of journalistic memory and the disputes of meaning around Carlos Lacerda's commitment to objective journalism and democratic values and institutions.

Keywords: memory; Carlos Lacerda; modernization.

A memória dos jornalistas sobre Carlos Lacerda: disputas simbólicas em torno da modernização da imprensa

Fabício Ferreira de MEDEIROS

Carlos Lacerda (1914-1977) é tido por parte da literatura acadêmica e entre os jornalistas como um personagem central das reformas realizadas na imprensa carioca na década de 1950. Na condição de membro da União Democrática Nacional (UDN) e diretor da *Tribuna da Imprensa*, diário lançado em 27 de dezembro de 1949, Lacerda se destacou como jornalista e político, buscando adaptar o referido periódico aos novos ideais de uma imprensa moderna, objetiva e profissional, ao mesmo tempo em que interferia constantemente no campo político sob uma perspectiva adversarial inflamada.

Embora a bibliografia sobre Carlos Lacerda seja relativamente vasta¹, são poucos os estudos relativos à sua trajetória pelo jornalismo e ao seu papel na modernização da imprensa. Sem querer fazer uma reconstrução de sua biografia², tarefa que não caberia na proposta de um artigo como este, pretende-se examinar o papel atribuído a Carlos Lacerda e a sua *Tribuna* no processo de modernização da imprensa, tomando como fontes de investigação livros-memória, artigos, editoriais e depoimentos de jornalistas que abordaram aspectos da trajetória do personagem após o seu falecimento em 21 de maio de 1977. Como conclusão principal, destacam-se o caráter fragmentário da memória jornalística e as disputas de sentido em torno do compromisso de Carlos Lacerda com um jornalismo objetivo e os valores e instituições democráticas.

Para tanto, organiza-se o texto da seguinte forma. Primeiro será apresentada uma breve revisão da literatura especializada na discussão sobre a modernização da imprensa, com ênfase em estudos que abordaram o papel de Carlos Lacerda e da *Tribuna da Imprensa* nesse processo. A proposta dessa seção é identificar a importância atribuída à participação do personagem nas reformas operadas nas redações dos jornais cariocas ao longo da década de 1950, que foram representadas em parte da memória jornalística e da perspectiva acadêmica como um tempo áureo e de rupturas com um

¹ Para não exaurir o leitor com referências infinitas sobre Carlos Lacerda, sugiro a leitura de alguns estudos clássicos ou que, em meu entendimento, demarcaram as principais linhas de reflexão sobre o personagem, a saber: Soares (1965), Dulles (1992 e 2000), Motta (1996, 1999 e 2001), McCann (2003) e Chaloub (2015).

² Cf. Dulles (1992 e 2000).

jornalismo arcaico e partidarizado. Na segunda seção, analisar-se-ão os discursos de jornalistas que, em sua grande maioria, foram contemporâneos de Carlos Lacerda. O objetivo do presente artigo é apresentar algumas conclusões desenvolvidas em trabalho anterior no qual analisamos a memória dos jornalistas sobre Carlos Lacerda, enfatizando, porém, a forma pela qual os jornalistas se voltaram para os anos 1950 e os temas em tela.

Breve revisão da literatura especializada

A discussão sobre a modernização da imprensa é um dos temas mais investigados no campo da Comunicação, no Brasil. Ao realizar uma busca no Google Acadêmico, encontramos diversas referências aos trabalhos de Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), Marialva Barbosa (2007), Afonso de Albuquerque (2008, 2010 e 2018), entre outros autores preocupados com as circunstâncias sob as quais foram realizadas reformas no jornalismo brasileiro e se construiu um discurso único (transformado em memória) sobre a chamada modernização. Neste sentido, Barbosa (2007) e Albuquerque (2008) tendem a realçar criticamente o viés mitológico presente nas narrativas dos personagens que protagonizaram as mudanças operadas nas redações dos diários cariocas a partir da década de 1950. Albuquerque (2010 e 2018) e Marco Roxo (2013, 2014 e 2016) discutem as particularidades do processo de modernização em nosso país, argumentando que a diferença de contextos históricos é um ponto-chave na reflexão sobre o fenômeno. Enquanto que Phellipy Jácome (2017) recupera, em sua análise, o caráter conflitivo e plural da história do jornalismo, examinando de que modo os discursos formulados nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil lidam com o passado, o presente e o futuro.

Entre os pontos levantados por estes autores, vale observar tanto a forma pela qual foram operadas as mudanças nos jornais quanto a construção narrativa em torno delas. Segundo Albuquerque (2010 e 2018), é preciso desconstruir o tratamento essencialista que geralmente é dedicado à interpretação sobre a modernização da imprensa, considerando-se que a adaptação do modelo de jornalismo norte-americano ao contexto brasileiro não é algo mecânico ou ausente de particularidades. Ao discutir as reformas empreendidas no *Diário Carioca* no início da década de 1950 e na *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, o pesquisador enfatiza o viés autoritário expresso na busca de maior controle sobre as redações e na redução da autonomia do trabalho dos jornalistas. Em sua perspectiva, por mais que os jornalistas responsáveis pelos periódicos dito “modernizantes” advogassem a defesa de um jornalismo

objetivo e mais informativo, o fato é que a diferença de contextos históricos (EUA e Brasil) se refletiu na produção de diferentes modernidades, ainda que a ideia de modelo pairasse sobre os personagens tidos como protagonistas deste processo.

O corte autoritário da modernização da imprensa também é discutido por Marco Roxo (2013, 2014 e 2016). Examinando o papel dos sindicatos e dos jornalistas comunistas na conformação da identidade profissional dos jornalistas, o autor mostra a influência tanto do corporativismo quanto do leninismo na releitura do modelo norte-americano. Com efeito, destaca-se a luta pela obrigatoriedade da formação superior específica em jornalismo como expressão de uma lógica elitista que, ao mesmo tempo que reivindica o direito de falar em nome do povo, exclui daquele ofício os mais pobres, transformando o jornalismo numa atividade profissional típica da classe média, além de reforçar as hierarquias no interior dos veículos de comunicação.

Jácome (2017), por sua vez, parte de uma abordagem historiográfica para pensar no modo pelo qual o jornalismo se constituiu como um conceito singular coletivo ao longo do século XX, tomando como fontes discursos de jornalistas e acadêmicos dos EUA e do Brasil. Em seu entendimento, as narrativas sobre a modernização da imprensa foram pautadas mais pela busca da construção de uma identidade para o jornalismo do que, propriamente, pelo desejo de descrever mudanças operadas nos periódicos. Ao associar o jornalismo “moderno” exclusivamente com a objetividade, a informação, a independência e o profissionalismo, entre outros atributos identificados com o jornalismo norte-americano, os jornalistas brasileiros em atividade na década de 1950 acabaram desconsiderando experiências pretéritas características de seu próprio país, negando a importância de discussões feitas no início do século XX. Partindo de uma representação idealizada e a histórica acerca daquilo que era praticado ao norte do continente, esses personagens ajudaram a corroborar uma leitura específica sobre o jornalismo, que rejeitava o partidarismo, o sensacionalismo, o clientelismo, entre outras práticas tomadas como arcaicas – mas que eram moeda corrente em seu ambiente cultural. O problema é que essa narrativa idealizada sobre o que seria o jornalismo moderno criou um hiato significativo com a nossa experiência, vista sempre como atrasada em relação ao que ocorria em países “avançados”. Daí que os limites da adaptação do modelo norte-americano passassem a ser vistos como desvios ou sinal de crise, sem que as respostas para a sua superação pudessem ser encontradas em processos históricos concretos e nacionais.

Ainda segundo Albuquerque (2008), as reformas realizadas nos jornais cariocas na década de 1950 foram alvo de uma construção mitológica que teve embasamento na seleção de personagens considerados centrais. Assim,

Em primeiro lugar se situam os seus *predecessores*, isto é, os jornalistas que atuavam no período anterior da reforma, cujo modo de atuação foi afetado por ela. Em segundo lugar encontram-se os *criadores*, os protagonistas da reforma, cuja intervenção teria modificado irreversivelmente o jornalismo brasileiro. Um terceiro conjunto de personagens corresponde às *criaturas* da reforma, ou seja, o novo tipo de jornalistas que surgiu como resultado dela (Albuquerque, 2008: 98).

Embora não seja mencionado por Albuquerque (2008), que está concentrado na reforma do *Diário Carioca*, Carlos Lacerda e a sua *Tribuna da Imprensa* ocupam um lugar de destaque em parte da bibliografia que versa sobre a modernização da imprensa. Na pesquisa de Ribeiro (2007), a *Tribuna da Imprensa* é descrita como um jornal personalista, umbilicalmente vinculado aos interesses políticos de seu diretor-presidente Carlos Lacerda, pelo menos, até a sua saída do jornal em 1960. O estilo agressivo de Carlos Lacerda e seus ataques constantes a Getúlio Vargas se refletiam no jornal, que expunha as atividades político-parlamentares do líder udenista e lhe servia como meio de aproximação com seus leitores-eleitores. Porém, a interação entre jornalismo e política, modernização e arcaísmo não era exclusiva da *Tribuna* e do jornalismo praticado por Carlos Lacerda; na verdade, era uma característica comum em outros jornais reformadores, como a *Última Hora* e o *Diário Carioca*. Assim, não se deveria conceber a *Tribuna* como jornal totalmente moderno, empresarial nem panfletário, e sim “como um exemplo paradigmático das contradições por que passava a imprensa nos anos 50” (Ribeiro, 2007: 146).

De fato, a persistência do engajamento político por parte dos jornais não era exclusiva da *Tribuna da Imprensa*. Outros veículos, a exemplo de *O Estado de S. Paulo* e da *Última Hora*, eram tão ativos no debate político e tão imponentes quanto a *Tribuna* de Carlos Lacerda. Porém, nenhum jornalista se amparou tanto na retórica da modernização e do profissionalismo da imprensa ao mesmo tempo que defendia soluções autoritárias para os conflitos políticos. Carlos Lacerda incorporou os dilemas da imprensa dos anos 1950 de um modo mais paradigmático e evidente, por mais que outros jornalistas do período também se envolvessem diretamente com partidos e governos ou combinassem a retórica da objetividade com ataques seletivos a determinadas lideranças políticas. Por isso que, em nosso entendimento, é um equívoco nivelar o engajamento político dos jornais ditos “modernizadores”,

como se a experiência da *Tribuna da Imprensa* e a atuação de Carlos Lacerda fossem comuns à imprensa carioca desse período.

Ribeiro (2007, p. 333) ainda discute a forma pela qual Carlos Lacerda relativizava a noção de objetividade jornalística, tomando a separação entre informação e opinião como um ideal nunca completamente atingido. Argumenta que a missão da imprensa, na perspectiva de Carlo Lacerda, não correspondia ao jornalismo “arcaico” e partidário do século XIX ou do início da República. Tratar-se-ia da defesa da profissionalização do jornalismo como requisito básico do cumprimento da missão da imprensa:

Se para Lacerda o papel social do jornalista não havia mudado, a sua legitimidade agora se construía em outras bases. Na realidade, o que permitia ao jornalista cumprir a sua missão de informar a opinião pública e zelar pela comunidade era um conjunto de regras e normas de comportamento (técnicas e éticas)³, que passou a definir a atividade jornalística (Ribeiro, 2007: 338).

A retórica da objetividade desempenhou um papel fundamental na legitimação do papel social e político dos jornais e dos jornalistas, como destacou a autora. Mas a sua pesquisa não toca em um ponto crucial, a saber, a relação entre a construção de uma identidade jornalística pautada pela ideologia da objetividade e as ambivalências constituintes do compromisso de Carlos Lacerda com a democracia. A pesquisa de Ribeiro (2007) se encerra na constatação de que o jornalismo não deixou de ser engajado politicamente apenas porque adotou uma série de mudanças técnicas e éticas, sendo a *Tribuna* de Carlos Lacerda o maior exemplo desse dilema. Pensamos que, além disso, é preciso considerar que a ideologia da objetividade e do profissionalismo cumpriu um papel fundamental para que os jornalistas se protegessem de eventuais críticas sobre os seus textos, ocupando um suposto “lugar neutro” acima de quaisquer conflitos e paixões políticas. Carlos Lacerda incorporou esse discurso, argumentando que canalizava os “interesses da nação”, só pensando no “bem coletivo” e nunca em demandas suas.

³ Entre as principais mudanças, a autora cita: 1) a introdução do *lead*, parte inicial do texto onde se buscava responder às seguintes perguntas: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?; 2) a pirâmide invertida, que correspondia a uma nova lógica de organização dos textos de acordo com a relevância de suas informações e não conforme uma ordem cronológica; 3) mudanças gráficas que permitiram apresentar os conteúdos dos jornais de modo mais coerente e ordenado; 4) a criação do “[...] conceito de primeira página como vitrine, como uma espécie de ‘cardápio atraente’ de tudo o que estava no interior do jornal” (Ribeiro, 2007: 30-34); entre outras.

A legitimidade do jornalismo praticado por Carlos Lacerda residiria menos na obediência à objetividade das notícias e à veracidade das informações publicadas do que ao alinhamento com os valores, demandas e opiniões da média de seu público leitor. Assim, a modernização da imprensa decorreria em meio à adaptação de uma retórica da objetividade, que protegeria os jornalistas de eventuais questionamentos às notícias e opiniões por eles publicadas (Tuchman, 1993 [1972]), a um papel ativo de intervenção no debate político.

Como exemplo dessa reivindicação, temos um artigo publicado por Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa* em 1951, no qual o diretor do diário se identifica como membro da oposição ao governo e esclarece sua importância para o aperfeiçoamento da democracia. Endereçado ao presidente da República, Getúlio Vargas, o texto começa com a afirmação de que: “Somos da Oposição, bem sabe V. Ex. Ela constitui para nós um dever cívico, pois só assim, em nosso entender, asseguramos o funcionamento, já de si tão precário, das instituições democráticas em nosso país”. Mais adiante, o jornalista rebate críticas que ele e seu jornal vinham sofrendo, explicando o seguinte:

A nossa oposição não é condicional nem “construtiva”, como não é sistemática ou negativista. Não é adjetiva, é substantiva. Não somos apenas um jornal de oposição. Somos um jornal DE POSIÇÃO. Quer dizer: temos uma linha, uma orientação, e conscientemente dela não saímos (Lacerda, 1951).

Nesse momento, o diretor da *Tribuna* deixava claro que a profissionalização do jornalismo não equivaleria ao fim do partidarismo nos jornais, sendo ele próprio um ator político aspirante a se destacar no cenário carioca. Em todo caso, o apelo permanente ao compromisso da imprensa com a verdade dos fatos, vinculado a uma naturalização da relação entre liberdade de imprensa e democracia, fundamentaria não somente a construção de uma identidade para o jornalismo (profissional e moderno), como também uma justificativa para que o jornalista preservasse a sua autoridade no sentido de intervir constantemente nos conflitos políticos. Esse é um ponto fundamental na compreensão da prática jornalística de Carlos Lacerda, mas que foi pouco explorado por Ribeiro (2007).

Barbosa (2007) identifica o jornal de Carlos Lacerda como um dos três responsáveis (junto ao *Diário Carioca* e ao *Jornal do Brasil*) pela construção da “mítica da modernização”. Para a pesquisadora, o jornalismo ainda se constituía “como um lugar de amplificação do discurso político” (Barbosa, 2007: 158) na década de 1950. Os jornais eram o *locus* onde se disputavam ideias, projetos e visões de mundo

e se manifestavam os principais conflitos políticos da época. A imprensa se apresentava como um “poder instituído”, e os jornalistas, únicos intermediários possíveis entre o Estado e um povo majoritariamente excluído dos espaços e canais decisórios (Barbosa, 2007, p.163-164). A *Tribuna da Imprensa* representaria um caso clássico de jornalismo voltado para a defesa dos projetos políticos de seu proprietário (Carlos Lacerda). Entre as novidades introduzidas pelo jornal, a autora cita a criação de um setor de pesquisas dentro da sede do jornal e de um arquivo onde se incluiria uma biblioteca, “funcionando como órgão auxiliar da reportagem” (Barbosa, 2007, p.167). A *Tribuna* não se destacaria devido ao seu sucesso empresarial, já que sua tiragem oscilava entre 24 e 45 mil exemplares. Por outro lado, a dificuldade de vender o jornal de Lacerda não seria impedimento suficiente para que ele se tornasse um dos protagonistas dos conflitos políticos da década de 1950 (Barbosa, 2007, p.167-168).

Diferente da abordagem de Ribeiro (2007), que parece corroborar a perspectiva dos jornalistas saudosistas do jornalismo praticado nos anos 1950, Barbosa (2006 e 2007) questiona o mito construído em torno da modernização, argumentando que a perspectiva desses jornalistas deve ser matizada, entre outras razões, porque corresponde a uma imagem ideal de um grupo profissional que deseja se constituir como intérprete legítimo da sociedade, estabelecendo um campo cada vez mais autônomo de atividades, ignorando uma série de mudanças realizadas no jornalismo lentamente e que remontam ao início do século XX.

Indo além das considerações tecidas por Barbosa (2007), argumento que o engajamento de Carlos Lacerda na defesa da profissionalização do jornalismo se associa a um movimento que buscava a ampliação do controle sobre o próprio fazer jornalístico brasileiro nos anos 1950, por parte dos diretores e proprietários dos jornais. Segundo John Soloski (1993 [1989]), a ideologia do profissionalismo corresponde a um conjunto de métodos e técnicas de controle do jornalismo, que se expressa, sobretudo, por meio da obrigatoriedade do domínio de conhecimentos específicos e da posse de títulos escolares (diploma de curso superior em Jornalismo) e de políticas editoriais, as quais garantem certo grau de padronização e previsibilidade no interior das organizações jornalísticas. Ao mesmo tempo, essa ideologia: 1) fundamenta os tipos de recompensa profissional possíveis de serem obtidos através do ofício e as possibilidades de ascensão nas organizações; além de 2) atribuir um *status* social elevado ao profissional; e 3) ajustar a imprensa ao *status quo*. Em suma, foi um movimento imposto por uma elite jornalística situada na hierarquia das organizações e com certa aversão à política brasileira.

Ao fundar a *Tribuna da Imprensa*, é possível conjecturar que era do interesse de Carlos Lacerda ampliar sua capacidade de intervenção sobre as opiniões expressas no vespertino, de modo que o jornal se alinhasse as suas convicções e linhas de ação política. Como observou Alberto Dines (2003, p.87), que trabalhou na *Tribuna* no início da década de 1960 após a saída de Carlos Lacerda da direção do jornal, o então governador da Guanabara “mandava nos editoriais”. Mesmo fora do vespertino, ele mantinha uma influência direta sobre a orientação política do jornal, vetando a publicação de textos que não estivessem de acordo com as suas próprias opiniões. Esse depoimento indica, portanto, que a profissionalização do jornalismo não correspondeu apenas a uma questão de incremento de *status* do jornalista, como também de efetivação do controle sobre as organizações e de reprodução do *status quo*.

Oriundo de uma família de classe média tradicional que tinha vários membros inseridos na burocracia de Estado ou ocupando cargos eletivos, e com passagem pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1932-1934), Lacerda viu no jornalismo um meio de ascensão socioeconômica. Ele ingressou no jornalismo ocupando posição modesta como auxiliar de pesquisa, mas ascendeu rapidamente a posições de liderança, supervisão e destaque na produção de artigos em colunas. Em 1950, Lacerda era um jornalista consagrado, tendo seu próprio jornal, empregando profissionais reconhecidos por sua competência técnica e formando aqueles que ingressavam na *Tribuna* com menos experiência em jornalismo.

Carlos Lacerda atribuía um sentido de missão a sua prática jornalística, entendendo por missão o direito (autoridade) e o dever (responsabilidade) de intervir no debate político na condição de jornalista formador da opinião de seus (e)leitores e qualificado para pressionar as autoridades no sentido de tomarem as decisões que ele, Carlos Lacerda, julgava serem as mais adequadas⁴. Ao jornalista atribuía uma identidade e uma responsabilidade que só poderia, em seu entendimento, ser desempenhada por membros de uma elite intelectual, por profissionais formados ou, pelo menos, com contribuições reconhecidas entre seus pares.⁵ Caberia aos profissionais consagrados, como ele percebia a si próprio,

⁴ As reflexões mais consistentes deste personagem acerca de sua principal atividade profissional foram expostas no livro *A missão da imprensa* (Lacerda, 1950). Nele, o jornalista confere aos seus pares a tarefa de ser o ‘político do povo’, agente responsável pela construção de “uma opinião pública bem informada, atenta, vigilante, esclarecida” (Lacerda, 1950, p. 13), por dizer a verdade e “servir à justiça”, ser, ao mesmo tempo, tolerante e intransigente, informar e formar opinião (Lacerda, 1950, p. 16-20).

⁵ Conforme Carlos Lacerda, ‘a ascensão do jornalismo à dignidade universitária, e com isto quero dizer também a acentuação de suas responsabilidades na comunidade brasileira, representa um esforço de que não deveis esquecer-vos. Pois o nosso país precisa que existam as elites, isto é, os melhores em cada categoria, os mais capazes em cada setor de sua vida coletiva’ (A Imprensa, 1951: 7 *apud* Roxo, 2014: 7).

formar as novas gerações de jornalistas com curso superior, os arautos de uma elite pensante, os únicos intérpretes legítimos dos interesses e necessidades da sociedade, as “sentinelas da democracia e da liberdade”. Seu discurso, portanto, ia de encontro aos interesses e valores de uma elite que buscava construir um lugar de fala autônomo e com credibilidade suficiente para intervir no debate político, influenciando as decisões e o comportamento de (e)leitores e autoridades públicas. É a partir dessas considerações que precisamos enquadrar a memória dos jornalistas sobre Carlos Lacerda.

A memória dos jornalistas e as disputas simbólicas

Personagem controverso, Carlos Lacerda protagonizou as principais crises do século passado: em 1954, fez pressão pela renúncia do presidente Getúlio Vargas, que cometeu suicídio após ser associado à tentativa fracassada de assassinato contra o jornalista; entre 1954 e 1955, exigiu o cancelamento das eleições para que, supostamente, o país se recuperasse da comoção relativa ao suicídio de Vargas, depois questionou a legitimidade do resultado eleitoral que possibilitou a dupla Juscelino Kubitschek e João Goulart ocupar o Poder Executivo Federal; em 1961, denunciou a tentativa de golpe orquestrada pelo ministro da Justiça Oscar Pedrosa Horta e pelo próprio presidente Jânio Quadros, resultando no pedido de renúncia feito por Quadros ao Congresso Nacional; finalmente, entre 1963 e 1964, se articulou a políticos e militares para defender a “revolução” que pretendia “restaurar” a democracia brasileira e livrar o país do comunismo, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos da América (EUA). Porém, logo se distanciou dos “revolucionários” fardados, dado o seu interesse na presidência da República e a rejeição à permanência dos militares no poder. Após um breve período de alinhamento com o governo Castelo Branco (1964-1967), o udenista tentaria organizar um movimento de oposição, a Frente Ampla, unindo-se a antigos adversários políticos, como Juscelino Kubitschek e João Goulart. Fracassado o movimento, Lacerda ainda perdeu seus direitos políticos e foi preso com a decretação do Ato Institucional de número 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Após um breve período na prisão, passou a focar seus esforços em atividades empresariais, no cuidado de rosas, passarinhos, além de escrever artigos para o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo* até o seu falecimento em 21 de maio de 1977. Sua morte causou ampla repercussão na imprensa, recebendo comentários em artigos e editoriais publicados por admiradores, amigos, antigos colegas de trabalho e críticos.

Embora a memória dos jornalistas sobre Carlos Lacerda possa ser examinada sob vários aspectos envolvendo a trajetória do personagem pelo jornalismo e pela política, optei por focar esse artigo na questão da modernização. Assim, apresento os resultados da análise de depoimentos de jornalistas relativos ao papel desempenhado por Carlos Lacerda e pela *Tribuna da Imprensa* nas reformas pelas quais passou o jornalismo na década de 1950. Trata-se de artigos e editoriais publicados na imprensa carioca e paulista (jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e revistas: *Época*, *Manchete*, *Piauí* e *Veja*)⁶, além de depoimentos registrados em livros-memória e no Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (CCMJ)⁷.

Ao todo, fizemos o levantamento e análise de 106 textos produzidos, em sua maioria, no período imediato após a morte de Carlos Lacerda: o equivalente a 60 artigos e editoriais. Um conjunto menor de textos foi encontrado nas décadas de 1990 e 2010, respectivamente, cinco e sete textos. Por volta do aniversário de 10 anos da morte de Carlos Lacerda, ou seja, ao final de maio de 1987, encontramos 14 textos. Finalmente, em relação ao início dos anos 2000, foram consultados 20 textos, a maioria dos quais corresponde a transcrições de depoimentos prestados ao CCMJ, a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (Abreu-Lattman-Weltman, 2003) e a Guimarães Padilha (2009).

Ao selecionar as fontes para este artigo, priorizei textos que abordam de forma direta ou tangencial a trajetória de Carlos Lacerda pelo jornalismo e/ou o papel da *Tribuna da Imprensa* na modernização dos anos 1950. Através de uma abordagem qualitativa, busco desenvolver as seguintes questões: 1) A lembrança de Carlos Lacerda como um “reformador” da imprensa é predominante na memória dos jornalistas ou não?; 2) Em que sentido ou sob quais argumentos o diretor da *Tribuna da Imprensa* é lembrado como um “reformador”?; 3) Quais seriam os impedimentos colocados à prática dos colaboradores do periódico em tela no que tange à perseguição de um jornalismo objetivo?; e 4) Quais são os conflitos que surgem no trabalho de enquadramento da memória jornalística?

⁶ O material publicado nos jornais *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil* e na revista *Manchete* pode ser consultado gratuitamente através do site da Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Os artigos publicados nas revistas *Época*, *Piauí* e *Veja* são acessíveis através do Google: <https://www.google.com.br/>. Por sua vez, as edições dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* foram consultadas por meio de assinatura digital paga para cada diário. Acesso em: 4 fev. 2022.

⁷ Os depoimentos coletados pelo CCMJ podem ser acessados em: <http://www.ccmj.org.br/>. Porém, ao menos na data em que escrevo estas linhas (16 de março de 2022), o site encontra-se inacessível.

Carlos Lacerda foi lembrado por vários de seus contemporâneos como um jornalista muito talentoso, corresponsável pela formação de uma “geração de ouro” e pela modernização da imprensa brasileira. Além disso, ele é citado, frequentemente, como um jornalista panfletário ou polemista, em alguns depoimentos, inclusive, aparecendo enquanto o último panfletário de sua geração. Na condição de colunista do *Correio da Manhã* e, posteriormente, diretor da *Tribuna da Imprensa*, ele também é lembrado por participar de acontecimentos importantes na história do país, a exemplo da derrubada do Estado Novo e da campanha contra o segundo governo Vargas. Consequentemente, a trajetória de Carlos Lacerda pelo jornalismo é associada a sua trajetória política e aos principais conflitos que vivenciou em sua vida pública. É justamente por isso que precisamos examinar a memória dos jornalistas sobre o seu colega de profissão que escreveu milhares de crônicas, reportagens e artigos durante mais de 45 anos.

Nos depoimentos de Hermano Alves (1977), José Costa (1977), Alberto Dines⁸ (1977; 2009), Murilo Melo Filho⁹ (1977; 2008), Alves Pinheiro¹⁰ (1977), Stefan Baciú¹¹ (1982), Walter Cunto ([1985] *apud* MAGALHÃES, 1993), Zuenir Ventura¹² (2008), Guimarães Padilha¹³ (2009), Ely Azeredo¹⁴ (2009) e Maurício Azêdo¹⁵ (2009), Carlos Lacerda aparece como um professor de jornalismo que formou toda uma geração de grandes profissionais na década de 1950 quando esteve na direção da *Tribuna da Imprensa*. Mais velho do que a maioria dos funcionários da *Tribuna*, com larga experiência em reportagem e na direção do curso de jornalismo oferecido pela PUC-Rio, Lacerda aproveitaria as horas vagas para ensinar a seus colegas de profissão truques relativos à escrita dos textos, definindo normas técnicas tanto para a produção de notícias quanto de artigos e editoriais. Assim, o diretor da *Tribuna da Imprensa* foi lembrado, por vários jornalistas, também como um modernizador da imprensa.

⁸ Alberto Dines teve passagem por diversos periódicos, atuando na *Tribuna da Imprensa* no início da década de 1960 quando o *Jornal do Brasil* esteve à frente do jornal.

⁹ Murilo Melo Filho foi chefe da seção de política na *Tribuna da Imprensa*, entre os anos de 1951 a 1959.

¹⁰ Alves Pinheiro trabalhou com Carlos Lacerda na redação do diário matutino *A Nação*, no início da década de 1930. Foi convidado para trabalhar na direção de reportagem da *Tribuna da Imprensa*, mas optou por permanecer em *O Globo*, sem, contudo, perder contato com Carlos Lacerda.

¹¹ De origem romena, Stefan Baciú chegou ao Rio de Janeiro em 1949, ingressando na *Tribuna da Imprensa* através de Murilo Miranda e Carlos Castello Branco, tornando-se responsável pela editoria internacional.

¹² Zuenir Ventura ingressou no jornalismo sendo arquivista da *Tribuna da Imprensa* no início da década de 1950.

¹³ Guimarães Padilha chegou à *Tribuna da Imprensa* em 1959, assumindo a direção do jornal nos períodos em que Hélio Fernandes permaneceu preso durante a ditadura militar.

¹⁴ Jornalista e crítico de cinema, Ely Azeredo atuou na *Tribuna da Imprensa* entre 1953 e 1969.

¹⁵ Maurício Azêdo trabalhou em diversos veículos, tais como: *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, entre outros. Militou por partidos de esquerda e contra a ditadura militar, ocupando a presidência da ABI entre os anos de 2004 e 2013.

José Costa (1977) lembra que Carlos Lacerda fazia duas recomendações: 1) não confiar na memória e 2) provar o que se escreve. Para seguir a primeira recomendação, o então “professor” de jornalismo solicitava que seus “alunos” sempre carregassem consigo papel e lápis, não deixando de anotar tudo o que considerassem importante. Em relação ao segundo ponto, Lacerda aconselhava os jornalistas a “sempre se munir de documentação para que o que fosse publicado pudesse ser devidamente provado, se necessário”. O problema é que “esta última regra, nem sempre por ele seguida, algumas vezes lhe trouxe complicações mas, ainda assim, para os que com ele trabalhavam, era uma ordem que dava sempre, respeitando o princípio de que o ônus da prova cabe ao acusador e não ao acusado”.

A desobediência às orientações que o próprio Carlos Lacerda transmitia para os colaboradores da *Tribuna da Imprensa* merece uma pequena indicação no depoimento de José Costa (1977), como podemos perceber. O que não é lembrado pelo jornalista é que a criação de fatos políticos, de preferência, polêmicos, era mais importante para Lacerda do que as normas do jornalismo “moderno”. Casos como a Carta Brandi, que depois foi provada a sua falta de veracidade, ou da divulgação do código secreto do Itamaraty e da denúncia do chamado pacto ABC demonstram que o diretor da *Tribuna da Imprensa* submetia o jornalismo à lógica do conflito político, buscando sempre que possível desestabilizar as instituições e os governos. O fato de vários jornalistas contemporâneos de Carlos Lacerda atenuarem a importância dessas práticas indica certa conivência com o estilo adotado por Lacerda e os limites da objetividade jornalística que teria marcado, segundo a memória destes personagens, as transformações pelas quais passou o jornalismo nos anos 1950.

Em outro depoimento, Alberto Dines (1977) situa Carlos Lacerda como um dos “verdadeiros revolucionários da imprensa brasileira”, ao lado de Samuel Wainer, Pompeu de Souza, Odylo Costa Filho e Claudio Abramo, que, em conjunto, “traçaram com o seu desempenho profissional o caminho do jornalismo brasileiro contemporâneo”. Partindo de uma leitura romântica sobre a década de 1950, tempo em que supostamente ocorreu a grande ruptura da história do jornalismo brasileiro, Dines afirma que a *Tribuna da Imprensa* é um dos “jornais que modernizaram a imprensa brasileira até então funcionando nos padrões do princípio do século”. Por mais que o jornal de Lacerda se destacasse por suas campanhas políticas, para Dines, ele “não foi apenas um jornal de arrasadoras cruzadas e de jornalismo investigativo. Foi sempre um veículo voltado às coisas da cultura e da cidade” (Dines, 1977). Ainda segundo Dines, a riqueza de conteúdo informativo e opinativo seria consequência da formação de:

[...] profissionais do maior gabarito que por sua vez irradiaram sua experiência para outras publicações. Carlos Castello Branco, hoje o mais importante colunista político, Nilson Viana (hoje correspondente de ‘O Estado’, na Inglaterra), Carlos Lemos (hoje superintendente da Rádio Jornal do Brasil e um dos responsáveis pelo sucesso do ‘Jornal do Brasil’) Luiz Lobo (hoje na TV-Educativa do Rio e escrevendo nas melhores publicações do país), Hilcar Leite (hoje chefe de circulação de ‘O Dia’, Rio), Zuenir Ventura (hoje na ‘Veja’), Itamar de Freitas (produtor do ‘Fantástico’) e Carlos Leonam (hoje fazendo a coluna ‘Carlos Swan’ em ‘O Globo’) – estes são apenas alguns dos nomes de um vasto plantel que passaram pelo estraçalhante e estimulante convívio profissional com Lacerda (Dines, 1977).

Em outro depoimento de um antigo colega de trabalho de Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa*, ele é lembrado como “[...] um inesquecível professor de jornalismo. Exigente e rigoroso, queria sempre o melhor. Corrigia, advertia, ensinava”. Nas palavras de Murilo Melo Filho, Lacerda teve “[...] sob seu comando e liderança, o que havia de melhor e de mais idealista naquela geração de jornalistas brasileiros”, seja de profissionais que já estavam em ascensão, seja daqueles que iniciavam sua carreira (Melo Filho, 1977).

Para Baciú, a imprensa carioca dos anos 1950 “[...] era uma das mais dinâmicas e originais, não só do Brasil, mas de toda a América Latina” (BACIU, 1982, p. 39). À frente da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda se destacaria pelos ensinamentos sobre como “[...] ‘escrever bem’, sempre evitando lugares-comuns e frases feitas, como ‘voraz incêndio’, ‘feroz leão’ ou ‘pequena multidão’. ‘Se é multidão’, argumentava ele, de lápis em punho e com um sorriso irônico nos lábios, ‘então não pode ser pequena’”. O diretor daquele jornal seria um professor dedicado, como também “[...] um dos grandes jornalistas não só do Brasil, mas da América Latina” (Baciú, 1982, p.58).

No depoimento do antigo colega de trabalho de Carlos Lacerda, responsável pela editoria internacional, a caracterização do que julgava ser um grande jornalista parece restrita a pequenos truques ortográficos, particularmente, evitando-se argumentações redundantes. Por mais que Lacerda fosse o diretor da *Tribuna da Imprensa*, não se espera, na perspectiva de Baciú (1982) e de outros antigos funcionários do jornal carioca, que Carlos Lacerda possuísse um conhecimento amplo sobre os vários domínios da produção de um periódico ou mesmo que tivesse competência administrativa. O fato de o diário ter uma das menores tiragens do Rio de Janeiro e passar por vários momentos de dificuldade financeira não é citado pelos jornalistas que mantêm uma lembrança saudosista daqueles tempos. Muito menos parece incomodar a Baciú (1982) o caráter autoritário da intervenção de Carlos Lacerda no debate público. A oposição radical a Vargas não é situada neste depoimento como um

limite da liberdade de imprensa, mas sim como um episódio “grandioso” que marcou toda uma geração de jornalistas. Em outras palavras, caracterização afetiva e superficial do que seria um jornalista renomado e convivência com o desrespeito às normas democráticas.

A lembrança sobre o talento jornalístico de Carlos Lacerda e do papel desempenhado pela *Tribuna da Imprensa* na formação de uma geração de profissionais qualificados se manteria ao longo de décadas, manifestando-se em depoimentos de jornalistas contemporâneos daqueles acontecimentos e ainda vivos no início do século XXI. Alberto Dines, em depoimento cedido ao CPDOC, lembra Lacerda como “um grande jornalista”. E apesar das críticas ao caráter panfletário de sua atuação, para Dines, “[...] a *Tribuna da Imprensa* foi um jornal excepcional, foi um dos jornais que fizeram a virada de qualidade” (Dines, 2003, p.83).

Em alguns casos foi questionada a lembrança da *Tribuna* como um exemplo de jornal moderno e objetivo. Nesse sentido, três depoimentos chamaram nossa atenção. De um lado, Samuel Wainer¹⁶, proprietário da *Última Hora*, jornal politicamente antagônico à *Tribuna da Imprensa*, lembra que o vespertino de Lacerda era medíocre e só subia suas tiragens em momentos de crise política, desprezando tudo o que fosse popular:

O jornal de Lacerda foi sempre um desastre. Sua circulação só subia um pouco mais nos momentos de crise ou quando o dono era preso. A *Tribuna* é bem conhecida, na imprensa brasileira, como um jornal que jamais chegou a existir efetivamente. Desde o começo, mostrou um desprezo invencível por tudo quanto fosse popular – futebol, por exemplo. Teve, enfim, um mau começo e um mau destino.

[...] a *Tribuna da Imprensa* não encontrava ressonância, era uma ficção jornalística (Wainer, 1987: 140).

De outro lado, Luiz Garcia (2008), antigo colaborador da *Tribuna da Imprensa*, lembra que ela possuía um manual de redação adaptado da Associated Press igual ao manual usado no *Diário Carioca*, onde Carlos Lacerda havia trabalhado como repórter *freelancer* antes de fundar o seu próprio periódico. Contudo, o clima político dos anos 1950 e a “força da personalidade do Carlos Lacerda” dificultavam a adesão dos jornalistas ao próprio manual, de modo que muitos deles precisavam escolher entre “fazer

¹⁶ Como já foi mencionado nesta pesquisa, Wainer trabalhou com Lacerda na revista *Diretrizes* e se tornou seu amigo pessoal, inclusive, oferecendo-lhe apoio nos momentos em que viveu em semiclandestinidadade após a insurreição de 1935. Porém, a relação entre Wainer e Lacerda se tornou de rivalidade a partir da campanha promovida pelo diretor da *Tribuna da Imprensa* contra a *Última Hora*, que resultou em prejuízos financeiros para Wainer e em sua prisão.

carreira política ou fazer carreira literária”. Além disso, e a exemplo de outros veículos, tratava-se de um jornal personalista: “A *Tribuna da Imprensa* era um jornal feito pelo Carlos Lacerda para o Carlos Lacerda”. A maneira como a *Tribuna* se apropriava das técnicas redacionais, como o *lead* e o *sublead*, era diferente do que ocorria com o *Diário Carioca*, onde tudo isso, segundo Garcia, ocorria com mais organização. No jornal de Lacerda,

[...] o nosso líder e patrão não dava a menor bola pra isso. Mas, ele não escrevia notícias. Ele escrevia um caudal de palavras e tal. Mas nós tentávamos impor, eu estava aprendendo a escrever na técnica de *lead* e *sublead* e tudo. Não era um texto tão bom, tão disciplinado, com um envolvimento total do jornal no projeto como era no *Diário Carioca*. Era a mesma linha, mas o nosso era bagunçado. Lá, era uma coisa mais organizada (Garcia, 2008).

Outro colaborador antigo da *Tribuna da Imprensa*, Zuenir Ventura (2008), oferece uma leitura igualmente complexa sobre o papel desempenhado pelo diário na história do jornalismo. Para Ventura, a *Tribuna* talvez tenha sido um dos primeiros jornais a adotar um manual de redação, antecedendo o *Diário Carioca*. Carlos Lacerda seria rigoroso na fiscalização da produção textual de seus colaboradores e metódico em relação ao uso de adjetivos e advérbios. “Então, tinha aquela coisa, mulher não é esposa, decúbito frontal não existe, enfim, tinha todo um critério muito rigoroso de expurgar a linguagem de todo aquele seu aspecto meio supérfluo”. O problema é que, por mais que os “reformadores”, como Carlos Lacerda e Pompeu de Souza, advogassem a busca pela objetividade em seus jornais, isso, muitas das vezes, não ocorria na prática, sendo a *Tribuna da Imprensa* um exemplo disso (Ventura, 2008).

Para Ventura (2008), a ideologia da objetividade foi um mito que “fez muito mal ao jornalismo”, que, nos anos 1950, era vinculado a partidos políticos. Tratava-se de “jornais militantes, partidários etc., e escondiam, digamos, toda essa carga ideológica atrás de uma forma aparentemente objetiva, ou seja, em que o repórter não tinha a menor interferência, comprometimento com o texto e tal”. O mito residiria na suposta possibilidade de ser totalmente objetivo, de apagar-se diante dos acontecimentos. Ventura rejeita tal entendimento, questionando: como seria possível fazer jornalismo objetivo nos anos 1950 se até mesmo os donos dos jornais possuíam vínculos íntimos com partidos e/ou com a oposição a governos? O caso da *Tribuna da Imprensa* era sintomático, já que, sendo o jornal de Carlos Lacerda, antigetulista visceral, elitista e membro da UDN, principal partido de oposição a Vargas, o então presidente da República “[...] só entrava no jornal para ser esculhambado, e eu não estou exagerando

no termo, você não tinha a menor isenção, a menor objetividade em relação a um personagem como esse, um presidente da República e tal” (Ventura, 2008).

Mesmo admitindo que a *Tribuna da Imprensa* não adotava uma postura tão objetiva ao cobrir notícias envolvendo o nome de Getúlio Vargas, Ventura (2008) atenua as ambivalências daquele jornal e da figura de Carlos Lacerda ao deslocar o problema para o contexto. Semelhante à análise de Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), para o jornalista, a tensão entre informação e opinião seria característica do jornalismo praticado nos anos 1950, de modo que Carlos Lacerda não representaria um caso excepcional. Discordamos em parte desse argumento que situa o udenista em um lugar-comum, como se não houvesse diferenças entre a *Tribuna da Imprensa* e os demais jornais ditos “modernizadores”. Mesmo que ela possa ser situada no rol dos “criadores” da imprensa “moderna”, a *Tribuna* de Carlos Lacerda se distinguiu devido ao seu forte elitismo e autoritarismo, desprezando as camadas populares e a legalidade democrática. Carlos Lacerda tensionou os limites da liberdade de imprensa como nenhum outro jornalista de seu tempo, fazendo pesquisas superficiais e promovendo polêmicas desestabilizadoras do sistema político. Advogou para si um poder moderador dos conflitos quando, na verdade, agiu muito mais como poder desestabilizador. Nisso ele pode ser identificado como a maior expressão dos dilemas pelos quais passou a imprensa no período, que reclamava para si a ocupação de um imaginado lugar neutro diante dos conflitos, ao mesmo tempo que os alimentava ou criava.

Conclusão

Chegando ao final deste trabalho, conclui-se que o personalismo e o engajamento político da *Tribuna da Imprensa*, o “jornal de Carlos Lacerda para Carlos Lacerda”, interferiu diretamente no cotidiano de seus colaboradores, de modo que a objetividade no tratamento de questões políticas, envolvendo, principalmente, os adversários de Lacerda, não era uma prioridade para o diretor do jornal. A retórica da objetividade jornalística e do profissionalismo poderia ajudar a proteger os jornalistas de eventuais críticas, mas não diminuiu o fato de que a *Tribuna da Imprensa* cometeu os mesmos erros que associava a um jornalismo ultrapassado, anterior a 1950, que frequentemente realizava leituras superficiais das fontes, pesquisas pouco criteriosas e submetia a empresa aos fins político-partidários de seu proprietário.

A polêmica manifestada por meio de discursos e textos violentos foi uma marca registrada do lacerdismo, reconhecida e valorizada por muitos de seus pares na imprensa, sem que se refletisse, com algum cuidado, sobre as implicações deste estilo jornalístico do ponto de vista das instituições e das normas democráticas. Ainda que alguns jornalistas tenham sublinhado que o polemismo e a submissão do jornalismo a interesses político-partidários prejudicaram a prática jornalística de Carlos Lacerda e de seus subordinados na *Tribuna da Imprensa*, não houve uma preocupação voltada para discutir os efeitos do jornalismo de combate sobre a legalidade democrática. Pelo que se infere da memória de vários jornalistas, as campanhas moralizadoras tinham valor em si mesmas, ainda que isso significasse a suspensão temporária de liberdades, o questionamento do sistema eleitoral, da legitimidade das instituições ou a defesa de intervenções militares na política. Por mais que a retórica da razão fosse utilizada contra lideranças e eleitores representados como irracionais, demagogos e populistas, o jornalismo praticado por Carlos Lacerda tinha na paixão, no imediatismo e no personalismo alguns de seus principais ingredientes. Daí que ele se tornasse tão populista quanto àquelas lideranças que acusava de serem populistas, a exemplo de Getúlio Vargas. O jornalismo não era apenas uma maneira encontrada por Carlos Lacerda para ganhar a vida, suprir as despesas materiais de sua família ou exercer qualquer vocação. Tratava-se de utilizá-lo para conquistar o poder político. O poder, acompanhado da autoridade para tomar decisões globais e vinculantes, foi a maior meta de Carlos Lacerda durante a sua vida. O sentido de urgência para a realização de mudanças fundamentava a agressividade de seus artigos e editoriais, de maneira que o jornalismo assumia um “sentido de missão”. Não somente relatar o que via, como também enquadrar a realidade, dramatizando-a, tornando o político um campo de lutas travadas sob uma lógica maximalista de soma zero. Tudo ou nada, oito ou oitenta. O político sendo maior que o jornalismo.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *ALCEU*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu um Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *ECO-PÓS*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 95-116, agosto-dezembro 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Journalism and Multiple Modernities: The *Folha de S. Paulo* Reform in Brazil. *Journalism Studies*, 2018.

ALVES, Hermano. Após as tempestades, morte na frustração. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 mai.1977, p. 6.

AZÊDO, Maurício. O Lacerda que eu conheci. In: PADILHA, Guimarães. *Lacerda na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, 2009, p. 302-304.

AZEREDO, Ely. Na ótica do cinema. In: PADILHA, Guimarães. *Lacerda na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, 2009, p. 292-296.

BACIU, Stefan. *Lavrado*, 98. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, José. Carlos Lacerda. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23 mai. 1977, p. 4.

CUNTO, Walter. Depoimento sobre Carlos Lacerda concedido a Sociedade Amigos de Carlos Lacerda [29 abr. 1985]. In: MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático*. Recordações na perspectiva do tempo, do líder do Governo na Assembleia Legislativa da Guanabara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 113-128.

DINES, Alberto. A Morte de Um Jornalista Condenado ao Silêncio. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 mai. 1977, p. 12.

DINES, Alberto. Depoimento. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 68-175.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador, 2: 1960-1977*. Tradução de Daphne F. Rodger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Volume 1: 1914-1960*. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

GARCIA, Luiz. Entrevista com Carla Siqueira e Cario Barretto Briso. Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, 28 jul. 2008.

- JÁCOME, Phellupy Pereira. *O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno*. 2017. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1950.
- LACERDA, Carlos. Carta a Presidente da República sobre o assalto ao Distrito Federal. *Tribuna da Imprensa*, 5 abr. 1951, p. 4.
- McCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 83: 4, 2003.
- MELO FILHO, Murilo. Entrevista com Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, 30 jul. 2008.
- MELO FILHO, Murilo. O jornal que foi a sua grande tribuna. *Manchete*. Edição especial: A morte de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro, 4 jun. 1977, p. 26.
- MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *Anais do XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996.
- MOTTA, Marly Silva da. *Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2001.
- MOTTA, Marly Silva da. Frente e Verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 351-376, 1999.
- PADILHA, Guimarães. *Lacerda na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, 2009.
- PINHEIRO, Alves. Carlos Lacerda, o repórter. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 2/6/1977, p. 2.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- ROXO, Marco. A identidade jornalística: profissionalismo, populismo e representação política. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de Lindóia - SP, 23 a 27 de setembro de 2013.
- ROXO, Marco. *Jornalistas pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Curitiba: Appris, 2016.
- ROXO, Marco. O jornalismo como etnia de graduados: Profissionalismo, Sindicatos e ditaduras. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 1-26, 2014.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, p. 49-70, set. 1965.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico [1989]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993, p. 91-100.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas [1972]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993, p. 74-90.

VENTURA, Zuenir. Entrevista com Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, 24 out. 2008.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Notas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

O Autor

Mestre em Comunicação e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. É membro dos Grupo de Estudos "História da Ditadura" (NEC-UFF) e "José Luis Romero" (PPGH-UERJ). E-mail: fabricao.f.medeiros@hotmail.com

Data de submissão: 16/03/2022

Data de aprovação: 16/02/2023